

A ECONOMIA SOLIDÁRIA, OS INVESTIGADORES SOCIAIS E A CRISE

PEDRO HESPANHA* E LUCIANE LUCAS DOS SANTOS**

Economia Solidária é uma designação recente e ainda pouco usada em Portugal. Numa aceção muito genérica, ela engloba uma diversidade de atividades económicas, formas de produzir, trocar e consumir, baseadas em relações de cooperação e em princípios de gestão democrática, distinguindo-se assim da economia de mercado que predomina largamente nas sociedades contemporâneas, baseada em relações de competição e em princípios de valorização do capital.

Muitas dessas formas têm raízes fortes no passado, como é, a título de exemplo, o caso do trabalho comunitário ou da entreeajuda camponesa, das iniciativas populares solidárias, do mutualismo rural ou operário, das cooperativas nas suas diferentes modalidades ou da produção autogestionária. Outras são mais recentes e surgem, mais ou menos espontaneamente, de situações críticas para a existência das camadas mais vulneráveis da população em que é necessário encontrar as respostas que o mercado não dá juntando esforços e trabalhando em conjunto como no caso dos clubes de troca, das moedas sociais ou do comércio justo, entre uma infinidade de empreendimentos possíveis. Outras, enfim, são soluções alternativas à economia capitalista pensadas e inventadas no seio de organizações e movimentos sociais contra-hegemonicos, inspiradas num

pensamento crítico do modelo económico dominante e na avaliação positiva das inúmeras iniciativas que visam democratizar a economia e desenvolver alternativas socioeconómicas mais justas, mais democráticas e mais sustentáveis, através do trabalho cooperativo e solidário.

A solidariedade que dá corpo a estas iniciativas é uma solidariedade entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e aspirações e não se confunde, portanto, com a solidariedade, de base religiosa ou laica, fundada nos valores da caridade, do altruísmo ou da filantropia. A ética empresarial, a responsabilidade social das empresas, o empreendedorismo social e o voluntariado social são as expressões mais comuns deste outro tipo de solidariedade, assimétrica e paternalista. Coexistindo muitas vezes e tendo ambas um papel relevante a desempenhar, a sua génese, filosofia e trajetória são bem distintas e em certa medida concorrentes.

Existe também uma diferença, neste caso menos clara, entre a Economia Solidária e aquilo que se tem designado de Economia Social, ou seja organizações destinadas a prestar serviços aos seus membros ou à comunidade, com autonomia de gestão e controlo democrático, em que o lucro é um objetivo secundário. Tendo uma origem comum, a Economia Social – que surge da luta da classe

trabalhadora, no século XIX – foi-se institucionalizando, ou seja assumindo um papel reconhecido e apoiado pelo Estado, à medida que este foi assumindo crescentes funções providenciais. Da Economia Social fazem parte, hoje, as cooperativas, as mutualidades e as associações, embora parte da dimensão política destas iniciativas se tenha perdido. As iniciativas mais espontâneas, inovadoras e democráticas, mais difíceis de enquadrar institucionalmente, foram ficando de fora e a Economia Solidária tornou-se assim a designação comum destas formas emergentes ou das formas tradicionais não enquadráveis.

Não sendo um fenómeno recente, a Economia Solidária é hoje uma realidade fulgurante em todo o mundo vivida por milhões de pessoas e tornada objeto de estudo nos currículos académicos e matéria de extensão universitária. O seu crescimento exponencial em muitos países mostra a inventividade da sociedade civil para promover mecanismos de justiça económica quando os instrumentos políticos e económicos formais não o fazem. Embora com características muito próprias nos países em que se estabelecem, os empreendimentos solidários têm pontos comuns que os distinguem de outras iniciativas e lhes conferem uma importante dimensão política: a autogestão, a criação de rendimento e trabalho, a

